

Arrolando os habitantes no passado: as listas nominativas sob um olhar crítico

*Enrolling the inhabitants in the past: criticizing
the nominative lists*

Carlos de Almeida Prado Bacellar*

Artigo recebido e formatado em março de 2008

Resumo:

As listas nominativas de habitantes para a capitania de São Paulo constituem a mais importante coleção de levantamentos populacionais realizados na América portuguesa colonial. Em suas páginas, livres e escravos foram identificados individualmente, a cada ano, no intervalo entre 1765 e 1836. O artigo consiste numa reflexão crítica sobre a qualidade das informações dessas listas, consideradas no contexto social, político e econômico em que foram elaboradas. São discutidas algumas possibilidades analíticas para o estudo da família, da estrutura do domicílio e da posse da terra, através de estudos longitudinais.

Palavras-chave:

listas de habitantes; domicílio; população

Abstract:

The nominative lists of inhabitants for the *capitania* of São Paulo constitute the most important collection of population censuses in Colonial Portuguese America. In its pages, slaves and frees had been individually identified, every year, in the interval between 1765 and 1836. The article consists of a critical reflection on the quality of the information of these lists, considered in the social, political and economic contexts where they had been elaborated. Some analytical

* Carlos de Almeida Prado Bacellar é Professor do Departamento de História da Universidade de São Paulo e Coordenador do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

possibilities for the study of the family, of the household structure and the ownership of the land are argued, through longitudinal studies

Keywords:

lists of inhabitants; household; population

As listas nominativas de habitantes, também conhecidas por maços de população, constituem uma série documental bastante conhecida e explorada ao longo das últimas décadas. No entanto, sua distribuição pelos arquivos brasileiros é profundamente desigual; profusas para a capitania de São Paulo, são rarefeitas para outras áreas da América portuguesa, quando não inexistentes. Ainda não se sabe, com precisão, se a inexistência de outras séries completas, a exemplo da paulista, se deva exclusivamente ao desinteresse burocrático em produzi-las em todas as capitanias. Há a possibilidade, pelo contrário, de que a ausência de um maior volume de listas nominativas remanescentes nos arquivos seja, infelizmente, a prova concreta da incúria na guarda da documentação pública.

De qualquer maneira, as listas começaram a ser confeccionadas a partir de 1765, dentro do contexto de toda uma política preocupada com a reorganização do mundo colonial. No caso de São Paulo, o capitão general recém-empossado, Luis Antonio Botelho de Sousa Mourão, o Morgado de Mateus, despacha ordens a esse respeito logo ao chegar no porto de Santos, em 1765, vindo do Rio de Janeiro, onde recebera instruções específicas do Conde da Cunha. Ao longo das décadas subseqüentes, listagens de habitantes continuaram a ser elaboradas em São Paulo, cada vez mais detalhadas em função de novas demandas administrativas.

A riqueza de informação dessa série, que abrange todas as vilas e respectivos domicílios da então capitania de São Paulo (incluindo o atual território do Paraná), é única, e vem sendo bastante explorada. No entanto, a qualidade e o volume da documentação não devem impedir a sua crítica enquanto fonte. Criticar não implica em desqualificar, mas sim em estabelecer melhores parâmetros para análise, apontando lacunas e deficiências na informação registrada. Entendidas dentro do contexto em que foram produzidas, podemos melhor perceber o que informam nas linhas e nas entrelinhas. A população e a economia que desfilam a cada página de uma lista passaram pelo crivo de um olhar muito direcionado, preocupado com questões demandadas desde

Lisboa. E nem sempre esse homem da colônia compreendia o que se lhe solicitava. Ou, se entendia, fazia corpo mole, descuidava do trabalho a seu cargo, considerado talvez um fardo, um serviço a mais. Outros, no entanto, mais imbuídos da tarefa cobrada, esmeravam-se na confecção das listagens, até mesmo produzindo cuidadosas capas aquareladas, dando um toque pessoal ao serviço realizado. Ao historiador, cabe separar o joio do trigo, detectar os problemas, as falsificações, o trabalho descuidado e, principalmente, as intenções por trás da descrição oferecida aos superiores. O que se pretendia exhibir, e o que se desejava ocultar? Quais realidades não despertavam o interesse administrativo? Quais informações o colono buscava mascarar? Todos estes questionamentos, de uma maneira ou de outra, fazem o pano de fundo para as considerações a seguir.

As listas nominativas tiveram, ao longo das décadas em que foram confeccionadas, motivações sabidamente distintas. Como bem mostrou Maria Luiza Marcílio, foram a princípio concebidas como instrumento de auxílio no processo de recrutamento militar, no difícil contexto de conflito com os castelhanos na Bacia do Prata¹. Tropas eram extremamente necessárias para enfrentar o inimigo, e é sintomático que a ordem para realização da primeira lista, em 1765, seja acompanhada por vasta correspondência preocupada com o recrutamento, com a situação da Colônia de Sacramento e com as movimentações dos governos de Assunção e Buenos Aires. Era, também, uma conjuntura de excessivas cobranças do fisco nas Gerais, assunto que o próprio Morgado de Mateus comenta repetidas vezes em sua correspondência. Temor ao fisco e à recruta, somados, certamente estabeleciam uma reação assustada e desconfiada dos lavradores e roceiros paulistas à solicitação de informações sobre sua lavoura e sua família. Marcílio alertou para o evidente subregistro do contingente masculino em mais de uma lista, reflexo de uma estratégia de fuga ao indesejado². A construção de simples pirâmides etárias das populações arroladas aponta para o desequilíbrio atípico entre os sexos na idade adulta, explicável apenas pelo medo que a elaboração do documento instaurava nos domicílios. Participar de lutas mal compreendidas

1 Marcílio, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836*. São Paulo: Hucitec, Edusp, 2000, p. 33 e segs.

2 Idem, p. 78.

no extremo sul da América portuguesa não era exatamente um desejo de jovens e de seus pais, mais preocupados com a luta cotidiana e árdua da sobrevivência³.

Além das resistências ao levantamento, o ambiente pouco ilustrado também contribuiu para as deficiências no resultado final. Os homens que se encarregaram de coletar e sistematizar as informações tinham suas limitações pessoais, suas dificuldades de locomoção e falta de tempo, seus interesses diversos em colaborar. Mesmo assim, o resultado global é notável, tanto na abrangência temporal quanto geográfica. Todo um universo humano foi implacavelmente rastreado por décadas, com uma diversidade de informações particularmente rica. Cobriu-se da melhor maneira possível rincões remotos, sertões isolados, estradas alongadas, num impressionante esforço coordenado. O resultado final, analisado passados quase dois séculos, é uma série documental uniforme nas qualidades e nos defeitos.

Os problemas de qualidade das informações coletadas podem ser detectados ainda na primeira lista, a de 1765. Para sua elaboração, o Morgado de Mateus expedira ordens no sentido de que fossem informados, por parte dos capitães-mores encarregados do trabalho, o valor do patrimônio de cada domicílio. Os dados fornecidos foram objeto de célebre artigo de Alice Canabrava⁴, e deram margem à afirmação de que São Paulo era, efetivamente, naquele momento, uma capitania periférica e pobre no contexto da América portuguesa. Embora os níveis de riqueza não sejam exatamente elevados, hoje temos indícios consistentes de que os valores declarados estavam subestimados, especialmente se comparados com o patrimônio avaliado através de inventários post-mortem – e mesmo se considerarmos que inventários também são sujeitos a suspeitas no mesmo sentido, de burla fiscal. As

3 Há casos de listas em que alguma autoridade anotou, à lápis, e para cada domicílio, as expressões confere ou não confere, indicando o cuidado em checar as informações. Em outras situações, pais se esforçavam para livrar seus filhos desse fardo indesejado, como foi o caso do capitão José Pereira de Castro, da vila de São Luis do Paraitinga, que em 1828 alcançou a dispensa do recrutamento para dois de seus filhos, Francisco, de 20 anos, e Luis, de 21.

4 Canabrava, Alice P. Uma economia de decadência: os níveis de riqueza na Capitania de São Paulo, 1765-67. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, 26(4):95-123, out.-dez. 1972.

análises desenvolvidas por Maria Aparecida de Menezes Borrego, em tese recente, permitem identificar, de maneira bastante segura, as diferenças notáveis entre os valores globais dos bens presentes nas duas fontes⁵.

Semelhantes constatações indicam o óbvio: fontes documentais não podem ser utilizadas sem um arsenal crítico consistente. Não se trata, claro, de preconizar o não uso de tais fontes, de resto profundamente ricas e únicas em sua diversidade informativa. Mas sim de fazer a análise dessas fontes no contexto em que foram produzidas. E não aceitar de antemão as informações prestadas como verdade absoluta, pois podiam ser imprecisas ou deliberadamente deturpadas.

Nesse sentido, um primeiro cuidado diz respeito às condições de elaboração das listas. Ao historiador cabe a responsabilidade de considerar as enormes dificuldades que os homens públicos enfrentavam para levar a bom termo o desejado levantamento populacional. Vilas com territórios bastante alargados, com vias de comunicação precárias e segmentos da população internados em áreas ermas do sertão não constituíam exatamente um panorama facilitador da atividade. Montar em um cavalo e percorrer todos os rincões do município era um desafio, enfrentando com maior ou menor bravura conforme o encarregado. E, além disso, havia que se lidar com a desconfiança, com o medo das perguntas das autoridades⁶.

Hipoteticamente, cada companhia de ordenança tinha sua população levantada através de seu capitão, talvez ajudado pelos cabos-de-esquadra, já que essa era a divisão hierárquica de cada companhia. O capitão era, em todo caso, quem assinava enquanto

5 A autora cita, dentre outros, dois casos significativos. Domingos João Vilarinhos, cujo cabedal é avaliado no valor de 500\$000 na lista de 1765, tem seu inventário realizado no ano seguinte, alcançando a cifra de 2:280\$295. Já Dona Maria da Silva Leite, cuja meação de seu marido fora avaliada, em 1762, no valor de 28:179\$204, declara, em 1765, tão somente 10:000\$000 de cabedal. Cf. BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. *A teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765)*. São Paulo, 2006. Tese de doutoramento em História Social. FFLCH. USP. p. 236.

6 Daí podemos entender as razões das queixas dos capitães geneais contra os repetidos atrasos na finalização dessas listas.

responsável pelos dados prestados. É facilmente perceptível a autoria distinta dos vários escrivães: mudavam o papel, a tinta, a caligrafia e a qualidade das informações coletadas. Não sabemos ao certo se os desníveis de qualidade originavam-se de entendimento torto das instruções recebidas, ou da má vontade, ou mesmo de ambos, conjugados. De qualquer maneira, o mínimo que se pode considerar é que as listas de cada companhia, reunidas nas mãos dos respectivos capitães-mores das vilas, eram aceites nas condições em que haviam sido entregues, com as diferenças de qualidades bastante óbvias; não se conhecem queixas a esse respeito.

A má vontade em realizar a tarefa fica notória em alguns casos. A série de listas da vila de São Luis do Paraitinga, no vale do Paraíba paulista, contam com volumes para a década de 1810 em que a idade dos indivíduos com imensa regularidade o passar dos anos. Fica, a princípio, a impressão de um levantamento preciso, minucioso. Ao contrário do que se poderia esperar, essa não é a prática usualmente detectada nas listas. Populações do passado, em geral, tinham muito pouca preocupação com a contagem da idade, daí resultando a informação à autoridade de idades díspares e incongruentes entre uma lista e a do ano subsequente. A nova preocupação metropolitana e ilustrada em classificar populações por idade não batia com a realidade colonial, distante das novas preocupações com a ciência estatística e imersa em seus costumes tradicionais. Em outras fontes documentais, tal como testamentos ou autos cíveis e crimes, idades costumavam vir sob a fórmula *possui tantos anos pouco mais ou menos*. Nas listas de habitantes, por seu turno, tal declaração não cabe no formato de formulário padrão a ser preenchido, ditado por Lisboa, e a idade vem seca, sem margem para a declaração da incerteza. Podemos imaginar indivíduos declarando ter *uns trinta anos*, sempre puxando a idade principalmente para a casa dos decênios (terminados em zero), seguida pela dos quinquênios (terminados em cinco) – a conhecida atração pelos números redondos. Uma simples tabulação das idades encontradas mostra, com facilidade, a enorme concentração de idades arredondadas: 20, 25, 30, 35...

Portanto, as citadas listas de São Luis do Paraitinga, de anos seguidos, e com idades que evoluem de maneira regular, ano a ano, nada mais são do que perfeitas falsificações. Não se enquadram nas normas vindas de cima, e são fruto de um astuto subterfúgio simplificador. Na realidade, o levantamento de campo simplesmente não foi realizado, e os responsáveis locais pelo trabalho preocupa-

ram-se apenas em reproduzir a lista do ano anterior, com o cuidado de acrescentar um ano às idades declaradas, sem maiores pruridos. O resultado é óbvio: regularidade falsa no evoluir das idades, manutenção inconsistente de números da produção agrícola – estes simplesmente copiados da lista precedente. O que poderia parecer uma melhoria na qualidade do levantamento era, de fato, um embuste. A detecção do problema apenas foi possível pela manifestação do óbvio: crianças que nasciam deixavam de ser incluídas por anos consecutivos, da mesma maneira com que os que faleciam “teimavam” em permanecer na lista. Repentinamente, após alguns anos, quando finalmente uma lista voltou a ser efetivamente levantada – muito provavelmente após advertência dos capitães gerais -, surgiram diversas crianças com dois, três, quatro anos de idade, ao mesmo tempo em que sumiram contingentes dos falecidos nos anos anteriores. Considerando-se tal prática, há que se pensar que a última lista dessa série problemática acumulara um estoque substantivo de erros; se usada para a construção de pirâmides etárias, forneceria resultados fortemente deformados pela sub-representação de crianças e super-representação de idosos. Ou se fossem construídas, a partir dessas listas, análises sobre a produção dos domicílios, teríamos uma estabilidade fora da realidade.

A declaração de cor mostra-se igualmente problemática em qualquer lista. As variações entre os termos *preto e negro*, ou entre *pardo e mulato*, são bastante recorrentes, e mereceriam uma análise mais cuidadosa. As diferenças de adoção desses termos se davam ao longo do tempo, mas nada sabemos se havia diferenciações regionais, questão ainda a ser investigada.

No que diz respeito à atividade econômica dos domicílios, alguns cuidados precisam ser tomados quando de sua análise. Quase sempre a informação prestada estava relacionada à atividade desenvolvida pelo chefe do domicílio, com raras indicações de ocupações outras desenvolvidas por filhos adultos, agregados e mesmo escravos. Como a grande maioria dos domicílios dedicava-se fundamentalmente à atividade agrícola, o costume era de se indicar, também, a produção de gêneros obtida no ano em questão, além de eventuais transações efetuadas no mercado local. O conjunto desses informes, abrangendo vilas inteiras por anos a fio, é inegavelmente de extrema preciosidade. Torna-se possível, com tais séries, acompanhar a evolução econômica do domicílio, inclusive a posse de escravos, ao longo dos anos, relacionando-os ao ciclo de vida familiar e à disponibilidade de força de trabalho livre

Arrolando os habitantes no passado: as listas nominativas sob um olhar crítico

e/ou cativa. É, neste caso, corpus documental praticamente único, possibilitando algumas linhas de análise bastante mais profundas do que as alcançadas através dos inventários post-mortem⁷.

Mesmo assim, a preocupação com a qualidade dos dados deve persistir. Uma primeira questão a ser considerada diz respeito aos critérios adotados à época para o levantamento das informações. Excetuando-se os anos de 1765 e 1767, bem como algumas datas pontuais na década de 1770, a informação de caráter econômico torna-se sistemática somente a partir da década de 1790. Desde então, passou-se a julgar necessário identificar, por razões estratégicas de governo, a disponibilidade de gêneros agrícolas em cada vila, junto com o levantamento do contingente humano. Era uma preocupação em conhecer a oferta de alimentos, crucial para a manutenção de tropas. Todavia, e isto é fundamental, o olhar da Coroa voltava-se, evidentemente, quase exclusivamente para as atividades agrícolas, relegando a um papel secundário, ou mesmo esquecendo, o informe das atividades ligadas ao tropeirismo, ao artesanato e, em certos sentidos, mesmo ao comércio.

A maior ou menor qualidade da informação econômica parece, também, estar relacionada à preocupação e dedicação do indivíduo que efetuou o levantamento. Daí advém o fato de podermos encontrar, numa mesma lista, duas companhias de ordenanças cujas listas foram construídas com níveis de detalhamento absolutamente distintos. Logo, depreende-se que os critérios poderiam mudar ao longo do tempo, devido a novas diretrizes recebidas, mas também em função da mudança do encarregado local pelo levantamento.

O resultado de tal situação é a dificuldade de se entender o significado de certas ocupações. Os descritores não eram padronizados,

7 Estes teriam, hipoteticamente, a grande vantagem de fornecer a avaliação de cada escravo, apesar dos problemas bastante evidentes desses valores. Por outro lado, inventários raramente indicam a idade do senhor, dificultando enormemente a análise da posse escrava no contexto do ciclo de vida de seu proprietário, embora saibamos de antemão que, probabilisticamente, as escravarias inventariadas sejam mais representativas dos anos finais do ciclo de vida de um escravista. Nestes casos, seriam muitas vezes escravarias de uma fase de declínio econômico do senhor, conseqüência das dificuldades da velhice somadas à obrigação inevitável de distribuir dotes para os filhos.

dando margem para interpretações as mais diversas. Como definir as diferenças ou similaridades entre *lavradores*, *agricultores*, *roceiros*, *planta para o gasto*, *planta para viver*? Relacionam-se a níveis distintos de produção, a condições de disponibilidade de mão-de-obra, à posse da terra, ao acesso ao mercado, ou ao prestígio social? A resposta não é fácil, já que não se sabe os critérios adotados, se é que houve algum. O que dizer de um *lavrador* que, no ano seguinte, vem descrito como um indivíduo que *planta para o gasto*? Sua condição mudou, ou foi o olhar do recenseador que se alterou?⁸

A impressão que nos resta é de que muitas dessas mudanças estariam relacionadas à introdução de novas expressões no linguajar da época. O caso mais perceptível é o dos senhores de engenho, que em algumas listas a partir de finais da década de 1820 passaram a ser denominados *engenheiros*. Caberia, aqui, novamente sugerir a necessidade de se promover um mapeamento, pelo espaço geográfico de confecção das listas, do processo de adoção de certas novas terminologias, talvez modismos introduzidos de fora, chegados pelas mãos de administradores coloniais⁹.

As mesmas dúvidas pairam sobre as descrições de outras ocupações, tal como os artesãos – *ferreiros*, *seleiros*, *latoeiros*, *costureiras*, *fiandeiras*, *carapinas* e outros – que também podiam vir, alternativamente, apresentados como *lavradores*. Mudança de ocupação ou, muito mais provavelmente, preocupação em apontar outra faceta da atividade econômica familiar? A atividade agrícola, de produção de alimentos, aliada a ocupações artesanais, parece ter sido bastante comum, e a lista quase nunca dá conta de tal realidade¹⁰. Condu-

8 A expressão planta para o gasto pode levar a interpretações errôneas. Dizer que dado domicílio vivia de subsistência, não participando do mercado local, é uma colocação no mínimo problemática. Na prática, era virtualmente impossível qualquer lavrador, por mais humilde que fosse, não manter relações com o mercado: pequenos excedentes eram quase obrigatórios, permitindo o consumo de bens ausentes da produção doméstica, tal como o sal e as ferramentas de trabalho – enxadas, facas, foices, etc.

9 Não seria demais apontar a necessidade de se também mapear o uso das descrições expostos ou enfeitados para os menores abandonados, ou as denominações de origem africana dos cativos, igualmente cambiantes com o tempo e para um mesmo indivíduo.

10 Perceptível apenas quando encontramos esses casos de dupla ocupação.

tores de tropas, por exemplo, são raros nas listas de Sorocaba, vila de importante comercialização de animais. Mas podemos perceber sua presença - mal sinalizada - quando, em diversos domicílios de lavradores, surge a informação de que os chefes de família encontravam-se *ausentes para o Sul*, claramente exercendo suas atividades ligada às tropas, enquanto o resto da família permanecia cultivando as terras. Soma-se, portanto, a prioridade na descrição dos cultivos e a falta de interesse em informar mais detalhadamente outra ocupação, de caráter sazonal ou secundário.

O rol das ausências nas listas é amplo. Traficantes de escravos, por exemplo, são inexistentes, a seguir o que dizem essas fontes. Por alguma razão, comerciantes e negociantes não reportam à lista tal gênero de negócio, embora seja central a qualquer economia escravista. No máximo, mencionavam haver comprado ou vendido alguns cativos, mas evitavam declarar o cativo mercadoria, o exercer sistemático do negócio.

No outro extremo da hierarquia social, as prostitutas eram as grandes ausentes, à exceção, bastante expressiva, da menção a um grande domicílio de *meretrizes* na lista de Sorocaba, em 1771. Neste caso, embora descritas enquanto tais nesse ano, foram identificadas como costureiras, fiandeiras e lavradoras nos anos imediatamente anteriores e posteriores¹¹. Mascaramento da atividade indesejada, ou efetivamente eram mulheres que vendiam seus corpos em caso de necessidade? Somente o cruzamento com outras fontes, tal como os autos cíveis e crimes, onde a prostituição surge de maneira mais recorrente e explícita, permitiria mapear com maior precisão essas mulheres tão fugidias nas listas de população.

A organização interna dos domicílios

As listas nominativas têm por base descritiva os domicílios, ou fogos. Ali, hipoteticamente, teríamos descrita uma unidade de trabalho, fosse ela uma propriedade rural, a moradia de um lavrador que vive a favor em terras alheias, ou um morador em núcleo urbano. A aparente obviedade e simplicidade dessa formatação pode, todavia, ocultar certos aspectos mais complexos da organização de uma dada comunidade. Até onde podemos avançar?

11 Cf. BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Viver e sobreviver em um vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2001, p. 170.

Uma primeira observação deve ser feita, no sentido de se delimitar o que significa um fogo. Podemos considerar que ele circunscrevia uma unidade econômica, de trabalho: todos ali presentes trabalhavam juntos, em torno de atividades organizadas, que visavam a manutenção do grupo doméstico. Mas de maneira alguma esse domicílio poderia ser caracterizado, automaticamente, como tendo a posse da terra. O chefe do fogo podia perfeitamente ser indicado como lavrador, mas não ter a propriedade do solo que explorava.

O cruzamento das listas nominativas com os Inventários dos Bens Rústicos de 1817, verdadeiro levantamento das propriedades promovido em cada vila da capitania, aponta de maneira contundente para a disparidade entre o número de fogos e o de propriedades¹². A conclusão é bastante óbvia: há muito mais domicílios sem terra do que se poderia esperar. Apesar de uma tradição historiográfica que defende a abundância de terras no passado colonial, este cruzamento de fontes aponta para a abundância, mas, ao mesmo tempo, para a concentração fundiária. Muita terra, poucos proprietários¹³.

Ora, isso significa que a grande maioria dos lavradores, roceiros e demais trabalhadores rurais não tinha terra própria, mas apenas terra cultivada por autorização, isto é, a favor, de terceiros, a quem pagavam pelo uso¹⁴. Eram, tecnicamente, agregados, mas de uma categoria muito raramente descrita pelas listas: agregados que viviam em terras alheias, e sob teto distinto. Há uma diferença clara, portanto, para com outra categoria de agregados, muito mais perceptível, daqueles que viviam subordinados a um domicílio e viviam praticamente sob o mesmo teto. Eram indivíduos ou famílias que ofereciam seu trabalho e compartilhavam o cotidiano doméstico; Compunham, portanto, categoria distinta daqueles

12 Esta série bastante interessante também se encontra no Arquivo Público do Estado de São Paulo.

13 A fronteira aberta, voltada para o sertão, não permite, contudo, que os excedentes demográficos ali se instalem livremente. Avançar para além desse limite imaginário significava afrouxar em excesso o contacto com os núcleos populacionais, e correr riscos de ataque de indígenas. Evidentemente, muitos preferiam a opção mais segura da agregação.

14 Este pagamento poderia ser em moeda, em gêneros ou mesmo em trabalho.

que lavravam por conta própria, em áreas distintas, com produção autônoma, e que apenas eventualmente podiam colaborar em *mutirões* como forma de retribuir à autorização de cultivo.

Agregados sob o mesmo teto podiam ser, comumente, parentes idosos ou desamparados, acolhidos por caridade familiar, e que contribuía na medida do possível para o esforço comum de sobrevivência. Já os que recebiam terras para cultivar por conta própria deviam ter, obrigatoriamente, disponibilidade de mão-de-obra suficiente para a sobrevivência autônoma e podiam inclusive contar com seus próprios cativos.

Para a vila de Sorocaba dispõe-se de uma lista nominativa bastante excepcional, para o ano de 1772, onde houve preocupação em indicar com precisão as duas categorias de agregados, fugindo da regra de apenas apontar os agregados domésticos. É o caso de um lavrador, Francisco de Souza, possuidor de nove escravos e cultivando milho, feijão, amendoim e algodão, e que declara plantar em *terras albeias*. Semelhantes indicações permitem uma análise mais aprofundada do fenômeno, com o acréscimo dos moradores desses domicílios sem terra à contabilidade do total de agregados existentes na vila. Assim, a diferença de grandeza do fenômeno social torna-se notável: enquanto que os agregados domésticos sorocabanos respondiam por 18,8% % da população livre, os agregados autônomos, ou na *roça*, como denominamos, respondiam por outro contingente, de 14,6 % da população livre. Somados, perfaziam 33,4%, reforçando ainda mais a tese da concentração fundiária, em que cerca de um terço dos livres não dispunham de terras próprias¹⁵.

Além do acesso à terra, é preciso perceber, nas filigranas das listas, indícios de outras realidades por trás da presença de agregados nos domicílios, sob o mesmo teto. Em certas conjunturas, desvendam-se situações bastante suspeitas de inchaço de moradores nos fogos. É o caso, por exemplo, das pessoas instaladas ao longo do conhecido *Caminho de Goiás*, rota que partia da capitania de São Paulo e que, apontado para a direção noroeste, alcançava Vila Boa, em Goiás. As listas nominativas ali elaboradas registraram um fenômeno de domicílios muito amplos que se esvaziavam e

15 Cf. BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Agregados em casa, agregados na roça: uma discussão. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.). *Sexualidade, família e religião na colonização do Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001, p. 187-199.

voltavam a inchar, num movimento que diríamos de “sanfona”. Pode-se perceber, no entanto, que os domicílios estavam concentrados, à beira do caminho, em torno de pousos, espaçados entre si por algumas boas léguas. Ora, o que ocorria era que para cada pouso havia um povoador pioneiro, e em relação à sua figura ocorria uma variação no formato de elaboração da lista: em um dado ano, o recenseador agrupava todos os demais moradores em seu grande domicílio, como agregados, certamente por ser o posseiro primordial e autorizar a moradia em suas terras. No ano subsequente, de maneira distinta, cada unidade doméstica vinha registrada como fogo autônomo, separado, sem sequer mencionar esse vínculo para com o fundador do povoamento.

O caso de Januário da Silva Bueno, apresentado no Quadro 1, não poderia ser explicado por qualquer movimento de mudança de domicílio, mas tão somente por maneiras distintas de classificar os moradores que viviam em seu pouso¹⁶.

Quadro 1: Agregados no domicílio de Januário da Silva Bueno, Caminho de Goiás¹⁷.

Ano	Agregados
1782	31
1783	2
1784	8
1785	6
1786	20
1787	7
1789	32

Fonte: APESP, Maços de População de Moji Mirim, n° de ordem 116 e 116-A.

Não obstante tal prática, que alterava o perfil dos fogos em algumas listas, não se pode negar a ocorrência dos movimentos de população. Era bastante comum a mobilidade de alguns indivíduos ou famílias, que apareciam e desapareciam de um dado fogo, dificultando seu rastreamento. Não se tratava, portanto, de uma imprecisão de informação ou uma opção do recenseador¹⁸. Se a

16 Cf. BACELLAR, “Agregados em casa...”, p. 194.

17 Idem, p. 194.

18 Cabe ressaltar, também, a menção relativamente rara a indivíduos caracterizados como hóspedes, certamente pessoas em trânsito

restrição do acesso à terra era uma realidade, os despossuídos tinham que decidir entre se agregar em terra alheia, ou migrar em direção às zonas de fronteira, onde hipoteticamente o acesso à terra devoluta seria mais fácil.

Nesse sentido, a agregação serviria também como um importante mecanismo de amparo social, em que aqueles já previamente estabelecidos acolhiam parentes, conhecidos ou apenas *entrantes*, como se dizia no linguajar da época, em busca de um espaço para se instalar. Jovens recém-casados também surgiam nessa situação: permaneciam como agregados junto aos pais ou sogros, enquanto construíam seu novo espaço – nas próprias terras da família ou em terras de terceiros, como agregados, ou em terrenos devolutos. A terra a ser explorada deveria ser roçada, plantada e, somente então, já produtiva, poderia acolher os novos moradores. Antes disso, a agregação lhes dava abrigo, em troca, certamente, da contribuição para a força de trabalho.

Já tivemos ocasião de analisar um caso bastante interessante nesse sentido, o da viúva Ana Teixeira. Moradora em Piuhi, capitania de Minas Gerais, com seus sete filhos, programou a migração familiar para a vila de Franca, em São Paulo, graças ao apoio de um padre, a ampará-los nessa vila. A cada ano, a partir de 1804, alguns filhos de Ana vinham para Franca e se arranchavam nas terras do pároco, nas quais foram autorizados a abrir roças para seu próprio sustento. Esta base de apoio material e operacional, garantindo os alimentos, possibilitou que também localizassem e desbravassem terras devolutas nas cercanias. Feitos os trabalhos de desbravamento cada temporada, voltavam ao lar materno, prestando contas à mãe e preparando o retorno para o ano seguinte. Apenas quando a terra desejada já se encontrava devidamente roçada e lavrada, e dera os primeiros frutos, é que a mãe e todos os filhos migraram em definitivo para Franca. Seria interessante indagar como a presença sazonal dos filhos de Ana Teixeira em Franca foi registrada nas listas: agregados ao padre, ou como *entrantes* em fogo próprio? Seja como for, há indícios abundantes de que tal prática era corriqueira, parte de um grande mecanismo de reprodução social daquela sociedade agrária¹⁹.

desde seus sítios bastante afastados da vila, ou parentes que por algum motivo vinham passar algum tempo naquele domicílio.

¹⁹ BACELLAR, Carlos A. P. *Desbravadores do sertão: Família e posse da terra em zonas de fronteira em São Paulo, Brasil, séculos*

Essa circulação de indivíduos e famílias, tanto no espaço restrito de uma vila quanto no mais amplo da capitania, é uma característica de nossas populações coloniais ainda pouco desvendada. Embora os chefes de domicílio tenham sua naturalidade comumente indicada, muito ainda resta por conhecer sobre os movimentos migratórios desse período, e sua relação com a disponibilidade da terra, a atividade econômica e a barreira representada pelo sertão mais distante, não necessariamente passível de ocupação.

A família

As listas nominativas têm possibilitado análises instigantes sobre a família no passado. Hoje se pode afirmar com segurança que a maioria dos domicílios das vilas paulistas contava com uma família nuclear, eventualmente com agregados e escravos, e uma minoria podia ser definida como extensa. Não obstante, algumas constatações sobre o concubinato, a ilegitimidade e as mães solteiras permanecem pouco exploradas através dessas listas. É forçoso reconhecer que estas fontes são relativamente pouco explícitas nessa direção, principalmente no que diz respeito ao concubinato e aos ilegítimos, pois seus redatores pouca preocupação tiveram em relatar semelhantes práticas cotidianas.

Na realidade, as listas resumem-se a retratar comunidades compostas por fogos, chefiados por casais, além de pessoas solteiras ou viúvas. Não há dúvida, contudo, que muitos casais concubinos, em reuniões conjugais informais, viviam em situações relativamente estáveis, principalmente se não ferissem os limites do *público e escandaloso*. Não eram poucos os casais nessa situação, mas os registros são propositalmente vagos a esse respeito.

A esse respeito, temos que considerar a relação entre concubinato e mães solteiras, que eram muitas, tanto nas listas quanto nos batismos. Quem eram e onde eram recenseados os pais de seus filhos? Alguns raros atos de batismo deixam transparecer que o vigário conhecia o pai, ao deixar escapar uma declaração nos seguintes termos: *filho de Fulano, digo, de pai desconhecido*. Seriam homens que eram ocultos e talvez protegidos no batizado, já que não eram *escandalosos* e viviam em paz na comunidade. Cabe, no

XVIII e XIX. Paper apresentado no 51º Congresso Internacional de Americanistas. Santiago do Chile, 2003, 18 p.

caso, tentar examinar como esse mesmo casal informal foi lançado nas listas nominativas: apenas pela nomeação de uma mãe solitária, ou pelo casal, apesar da situação? Esta possibilidade investigativa abriria caminho para se compreender os mecanismos de aceitação desse concubinato, fosse pela reiteração do ocultamento paterno, fosse pelo seu reconhecimento. A indagação torna-se, assim, inevitável: como teriam sido representadas tais uniões nas listas de habitantes? Como se fossem casais aparentemente normais, tal como aqueles formalizados via matrimônio? Ou através da figura de mães solteiras, com seus parceiros escondidos ou inseridos em outros fogos, como filhos ou agregados? Em suma, até que ponto haveria uma proximidade de critérios entre listas – um documento produzido pelos oficiais de ordenanças – e atos de batismo surgidos das mãos dos párocos?

A questão do território

As listas nominativas são também fonte de grande importância para o estudo da organização administrativa e territorial das vilas. Refletem, antes de tudo, a estrutura das companhias de ordenanças, já que são levantadas a mando do capitão mor, com responsabilidades compartilhadas com os capitães comandantes dessas companhias. No âmbito de cada companhia, reflete-se a subdivisão da mesma em esquadras, cada qual aos cuidados do respectivo cabo.

Essa estrutura organizacional das companhias e, portanto, também das listas, coincide, de uma maneira geral, com a localização dos bairros rurais. Cada companhia respondia por uma dada área geográfica, e seu interior está subdividido em cada uma das esquadras. A correta identificação dessa malha permite que se trabalhe, dentro de certos limites, com a possibilidade de identificar as relações de vizinhança, mapeando quem vivia relativamente próximo de quem. Em tal processo, o acesso à terra é elemento fundamental a ser considerado.

Em certas situações, filhos recém-casados podiam lograr obter um quinhão para cultivar dentro da propriedade paterna. Conseqüentemente, a lista traria, de maneira bastante óbvia, o domicílio paterno incluindo tais filhos como agregados, ou depois separados, em fogos próprios, vizinhos. Todos dentro da mesma esquadra, dentro do mesmo bairro.

Desta maneira, o acompanhar das listas, ano a ano, permitiria seguir, a priori, o processo de expansão fundiária e demográfica, pelo surgimento de novos fogos dentro de um espaço territorial definido, circunscrito a uma esquadra de ordenanças. Mais complicado é conseguir perceber uma lógica geográfica no levantamento. A seqüência dos fogos não se mantém necessariamente de um ano para outro, tornando difícil detectar uma seqüência de levantamento, que traduzisse um trajeto óbvio pelos caminhos locais no processo de visitar cada propriedade. Por vezes, tem-se a impressão que os moradores iam até o recenseador, e não este até eles, resultando, inevitavelmente, na não repetição de uma seqüência lógica de domicílios na lista. Fosse qual fosse o procedimento, é certo que um fogo jamais recebia a mesma numeração seqüencial de um ano para outro²⁰.

Mesmo assim, o pertencer a uma mesma esquadra garante a proximidade daqueles domicílios entre si, e permite que se avance na análise das relações de solidariedade e sociabilidade entre esses moradores. Novamente sugere-se que os ricos dados das listas sejam complementados através do cruzamento de informações obtidos em outras fontes. Uma possibilidade promissora, embora difícil, é cruzar fontes judiciais, onde relatos de atividades do cotidiano que resultaram em crimes ou conflitos – mutirões, festas, convivência nas vendas de beira de estradas – permitem entrever as convivências, as possibilidades de se estar junto.

Este caminho analítico possibilita ainda avançar para o estudo do compadrio. Fenômeno complexo, a escolha dos padrinhos de filhos e escravos pode ser observada também através do critério de proximidade física da moradia dos mesmos. A escolha de padrinhos e madrinhas podia, como é natural, ser influenciada pela vizinhança, pela facilidade de convívio e de escolha daquelas pessoas de contato cotidiano, além do parentesco. O casal escravo que escolhia um companheiro cativo de plantel vizinho, assim identificado justamente através das listas, permite que se indague das possibilidades de contatos e convivência entre escravos de propriedades próximas, de sua circulação no espaço da vila, da proximidade de seus senhores.

20 Basta um simples exemplo para tornar clara essa questão: João da Silva Coutinho, morador em São Luis do Paraitinga, teve seu fogo anualmente numerado, a partir de 1793, na seguinte seqüência, na 2ª companhia de Ordenanças: 103, 90, 93, 76, 153, 282, 292, 91, 130, e assim sucessivamente.

Os mapas de população

Os chamados mapas de população nada mais são do que algumas séries de quadros estatísticos que acompanham as listas nominativas. Podem ser de caráter demográfico, quando resumem a população contida nas listas segundo faixas etárias previamente padronizadas. A partir da década de 1790, passou-se a elaborar, também, estatísticas econômicas, dando conta do movimento de compra e venda de mercadorias, seus preços, volumes, destinos e origens.

Regularmente usados como fonte informativa, tais mapas servem como fonte de referência. Acompanhados anualmente, permitem a construção de séries de dados brutos, apresentando as tendências demográficas e econômicas de uma dada vila. Todavia, é preciso levar em conta que tais mapas contêm, sistematicamente, erros de tabulação e de critérios. Na elaboração dos totais da população por faixas etárias, chama a atenção os erros de soma; a repetição do processo de contagem, a partir dos dados brutos das listas, costumeiramente leva a resultados divergentes, alguns de certa monta.

Mesmo os toscos totais de domicílios podem apresentar problemas. A montagem das listas podia levar, principalmente, a confusões no processo de numeração dos fogos. Ausência de numeração, numeração repetida ou pulada, principalmente ao passar de uma página para outra, são bastante comuns. Alguns desses erros se acumulavam, levando a diferenças significativas, tornando altamente recomendável a checagem detalhada dos números apresentados.

Na montagem dos quadros de população, as faixas etárias estabelecidas são, por si só, problemáticas. Faixas definidas como 0 a 5 anos, 5 a 10, 10 a 20 e assim sucessivamente, fazem-nos indagar onde uma criança de cinco anos estaria inserida... Embora saibamos, de antemão, que as idades informadas nas listas são aproximadas, não podemos esquecer que faixas assim estruturadas aumentam, ainda mais, a insegurança dos resultados de uma análise de caráter demográfico. Se as listas encontram-se preservadas, não seria demais sugerir a recontagem, apesar das dificuldades envolvidas. A análise demográfica de populações do passado não pode prescindir, obviamente, do rigor com os dados.

Ainda no que diz respeito à qualidade das informações, é preciso atenção para os problemas mais comuns com os nomes próprios. Quando se tem a intenção de fazer acompanhamentos

longitudinais de indivíduos ou famílias, sempre se tem maior facilidade de seguir os traços daqueles de maior destaque na sociedade, como os grandes proprietários e os religiosos. Instalados em grandes domicílios com amplas escravarias, são facilmente visíveis nas listas. Em situação diversa encontram-se os segmentos mais humildes da população. Para não citarmos o óbvio, que seriam os escravos, temos a grande massa de lavradores, entre os quais sobravam os homônimos. Mulheres solteiras ou viúvas, de baixa extração social, eram costumeiramente identificadas apenas pelo prenome, acompanhado de sobrenomes devocionais muito repetitivos. Ana de Jesus e Maria da Conceição são dois exemplos de situações onde algumas mulheres se confundiam. Mas também os homens estavam nessa situação. Tudo resulta numa certa dificuldade de acompanhamento nominativo, agravado pela imprecisão. Nomes de família eram invertidos sem cerimônia, tal como Inácio Garcia da Fonseca, morador de São Luís do Paraitinga, que por vezes também surgia como Inácio da Fonseca Garcia. Mas o mesmo indivíduo também surgia apenas como Inácio da Fonseca, e Inácio Garcia, tornando sempre mais moroso o rastreamento. Por outro lado, o levantamento dessas informações, especialmente das diversas grafias possíveis para um nome, são passíveis de análise em parceria com lingüistas, preocupados com as mudanças gramáticas e ortográficas da língua portuguesa. Tal procedimento, no entanto, dificulta a ordenação alfabética de nomes, e é questão a ser considerada quando se constrói um banco de dados nominativos.

A título de conclusão, reafirmamos o enorme potencial das listas nominativas, especialmente no que diz respeito às grandes séries preservadas para a capitania de São Paulo. Falta, até o presente, maiores explorações do potencial de estudos longitudinais aberto pela continuidade temporal desses documentos, normalmente mais trabalhados através de cortes pontuais, centrados em determinados anos. Ainda há muito por desvendar nessas bem preservadas páginas de nosso passado colonial.

Arrolando os habitantes no passado: as listas nominativas sob um olhar crítico